http://journal.unoeste.br/index.php/ch
DOI: 10.5747/ch.2023.v20.h549
ISSN on-line 1809-8207

Colloquium Humanarum

RUPTURA: DISCUSSÕES EM TORNO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PÚBLICAS BRASILEIRAS PARA UM CURRÍCULO VIVO ANTIRRACISTA

Severance: discussions around Brazilian public educational policies for a living curriculum anti-racist

Separación: discusiones em torno a las políticas educativas públicas brasileñas para um currículo vivo anti-racista

Rosa Maria Rodrigues Barros[1], Teresa Kazuko Teruya[2]

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá - PR, Brasil

RESUMO

A compreensão da identidade e dos papéis dos sujeitos na sociedade é necessária tanto para o alcance de uma satisfação subjetiva, própria do ser, como para o desenvolvimento da sociedade nas dimensões relacionais e produtivas. Este artigo é um convite às discussões e ao desenvolvimento de outras pesquisas e práticas, com objetivo de compreender as complexidades do currículo, a decolonialidade e à docência. Recorre aos documentos que compõem as políticas educacionais públicas brasileiras (nacionais e internacionais) no que se refere à constituição do currículo e da formação docente, como: Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), a BNC- Formação (BRASIL, 2019) e a Declaração Internacional de Incheon (UNESCO, 2016a). A análise documental está ancorada em Stuart Hall (2016), Aníbal Quijano (2005), José Sacristán (2017), Maria Lúcia Damásio (2008), Eneida Shiroma (2011), Teresa Teruya e Delton Felipe (2018), entre outros. Além disso, a série "Ruptura", criada por Dan Erickson, com a primeira temporada em 2022, exibida pelo serviço de streaming Apple TV+, representa uma crítica ao desligamento das relações interpessoais da vida cotidiana em detrimento do trabalho em uma organização, e demandas do Capital. A análise da série possibilitou perceber as circunstâncias da superficialidade dos discursos das políticas públicas educacionais, que reverberam na formação docente e no currículo. Tais discursos não atendem de fato a inclusão dos grupos minoritários da sociedade, a diminuição dos distanciamentos provocados pelas desigualdades socioeconômicas e a desconstrução do racismo estrutural, mas apresentam apagamentos culturais em atendimento a um currículo colonial.

Palavras-chave: Políticas Públicas e Educação; Currículo; Formação docente; Decolonialidade.

ABSTRACT

The understanding of identity and the roles of subjects in society is necessary both for achieving subjective satisfaction, typical of being, and for the development of society in relational and productive dimensions. This article is an invitation to discussions and the development of other research and practices, aiming to understand the complexities of the curriculum, decoloniality and teaching. It resorts to the documents that make up Brazilian public educational policies (national and international) with regard to the constitution of the curriculum and teacher training, such as: National Common Curricular Base (BRASIL, 2018), the BNC- Training (BRASIL, 2019) and the Incheon International Declaration (UNESCO, 2016a). The documentary analysis is

[1] Universidade Estadual de Maringá (UEM), Doutoranda em Educação, participante do Grupo de Pesquisas em Educação, Mídias e Estudos Culturais. ORCID id: https://orcid.org/0000-0002-2212-6187. E-mail: researcher_rb@outlook.com

[2] Universidade Estadual de Maringá (UEM), Doutora em Educação, líder do Grupo de Pesquisas em Educação, Mídias e Estudos Culturais. ORCID id: https://orcid.org/0000-0002-4876-4400. E-mail: tkteruya@uem.br

anchored in Stuart Hall (2016), Aníbal Quijano (2005), José Sacristán (2017), Maria Lúcia Damásio (2008), Eneida Shiroma (2011), Teresa Teruya and Delton Felipe (2018), among others. In addition, the series "Severance", created by Dan Erickson, with the first season in 2022, aired on the Apple TV+ streaming service, represents a critique of the disconnection of interpersonal relationships from everyday life to the detriment of work in an organization, and demands of Capital. The analysis of the series made it possible to perceive the circumstances of the superficiality of the discourses of educational public policies, which reverberate in teacher training and in the curriculum. Such discourses do not really address the inclusion of minority groups in society, the reduction of distances caused by socioeconomic inequalities and the deconstruction of structural racism, but they present cultural erasures in compliance with a colonial curriculum.
Keywords: Public Policies and Education; Curriculum; Teaching training; Decoloniality.

RESUMEN
La comprensión de la identidad y roles de los sujetos en la sociedad es necessário tanto para el logro de la satisfacción subjetiva, propia del ser, como para el desarrollo de la sociedad en dimensiones relacionales y productivas. Este artículo es una invitación a las discusiones y al desarrollo de otras investigaciones y prácticas, con el objetivo de comprender las complejidades del currículo, la decolonialidad y la enseñanza. Se recurre a los documentos que componen las políticas públicas educativas brasileñas (nacionales e internacionales) en lo que se refiere a la constitución del currículo y la formación docente, tales como: Base Curricular Común Nacional (BRASIL, 2018), la BNC- Formación (BRASIL, 2019) y la Declaración Internacional de Incheon (UNESCO, 2016a). El análisis documental se ancla en Stuart Hall (2016), Aníbal Quijano (2005), José Sacristán (2017), Maria Lúcia Damásio (2008), Eneida Shiroma (2011), Teresa Teruya y Delton Felipe (2018), entre otros. Además, la serie "Separación", creada por Dan Erickson, con primera temporada en 2022, transmitida por el servicio de streaming, representa una crítica a la desconexión de las relaciones interpersonales de la cotidianidad en detrimento del trabajo en una organización y demandas del Capital. El análisis de la serie permitió percibir las circunstancias de la superficialidad de los discursos de las políticas públicas educativas, que repercuten en la formación docente y en el currículo. Dichos discursos no abordan realmente la inclusión de grupos minoritarios en la sociedad, la reducción de distancias provocadas por las desigualdades socioeconómicas y la deconstrucción del racismo estructural, sino que presentan borrados culturales en cumplimiento de un currículo colonial.
Palabras clave: Políticas públicas y educación; Plan de estudios; Formación docente; Decolonialidad.

INTRODUÇÃO

Historicamente as nações ibero-americanas e africanas foram colônias europeias, dentre elas o Brasil. Ao longo do século XIX, houve um processo de "emancipação"[3] das colônias ibero-americanas, atualmente denominado de países da América Latina.

Permanências históricas do período da colonização exploratória, tanto dos recursos materiais como dos humanos, as problemáticas socioeconômicas brasileiras se agravaram principalmente nos últimos anos, já no século XXI. Tal abismo socioeconômico, resultante do déficit econômico e tecnológico, além da corrupção já

[3] A palavra emancipação, assim como independência foram colocadas entre aspas, propositalmente, pois de fato houve uma pseudo emancipação, uma vez que a colonização europeia nos países latino-americanos, ainda se perpetua na contemporaneidade. Além da colonização que se utilizou dos braços humanos, para sustentar o sistema capitalista, temos a colonização da mente, por meio da indústria cultural, disseminando a ideologia hegemônica alinhada às "Metrópoles" e a incalculável dependência econômica e política.

naturalizada não apenas no seio da política, se constitui em entrave para o desenvolvimento da Educação, dos sujeitos e consequentemente do país. (CURY; REIS; ZANARDI, 2018; BENATTI, 2022; TERUYA; FELIPE, 2018)

O século XX e os primeiros anos do século XXI, dadas as hecatombes mundiais, estão marcados por profundas mudanças em âmbitos sociais, culturais e econômicos (BOOM, 2009). No final do século XX,

> [...] a nação se transforma em mera província do capitalismo mundial, sem condições de realizar sua soberania e, simultaneamente, sem que os setores sociais subalternos possam almejar a construção de hegemonias alternativas. Um Estado-Nação em crise, amplamente determinado pelo jogo das forças produtivas predominantes em escala mundial, dispõe de escassas ou nulas condições para manifestar ou conquistar soberania. (IANNI, 2008, p. 130).

Vivemos uma realidade global, tal realidade se configura a partir das transformações da sociedade e sua complexificação. A sociedade global se expressa pela conectividade, pela circulação de capitais, fluxos de informações, culturas e de pessoas por todo o planeta. Esta conectividade obtida graças aos avanços das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação provocou, dentre outras transformações na sociedade, a expansão do sistema capitalista, assumindo novos contornos. O capitalismo industrial amplia-se com o sistema financeiro informacional, influenciando diretamente as relações econômicas internas referentes a cada nação e seus modelos produtivos e internacionalmente no direcionamento das redes de produção e consumo internacionais. (ARMADA, 2012; INNERARITY, 2020)

Para Innerarity (2020), as sociedades contemporâneas não podem ser explicadas com base em modelos simplistas e universalizados. Elas são complexas e constituídas com suas diversidades étnico-culturais, diferenças socioeconômicas e pluralismos de ideias. Ao criticar o pensamento reducionista, que simplifica as sociedades e a democracia, Innerarity (2020, p. 26) argumenta:

> A simplicidade é fruto da falta de atualização de nossos conceitos políticos, que foram pensados em uma época de relativa simplicidade social e política, diante dos grandes conflitos sociais que inauguraram o mundo contemporâneo, com sociedades relativamente homogêneas que desconheciam o pluralismo cultural e político vigente, com tecnologias muito pouco sofisticadas se as compararmos com as que usamos atualmente, em meio a condições de governo relativamente simples, com espaços autárquicos e desconectados.[4] (tradução nossa)

Este mundo, em que cada vez mais as sociedades se complexificam, intensifica a sua interdependência e transformações. Entretanto, Sauter (1993) entende que as adaptações a este novo mundo não ocorrem uniformemente em todos os lugares. Isso é visivelmente percebido quando comparamos os países emergentes da América Latina e Caribe, e os países do continente africano, em relação aos países europeus e norte-americanos.

[4] El simplismo procede de la falta de actualización de nuestros conceptos políticos que fueron pensados en una época de relativa simplicidad social y política, antes de los grandes conflictos sociales que inauguraron el mundo contemporáneo, com sociedades relativamente homogéneas que no conocían el actual pluralismo cultural y político, com tecnologias muy poco sofisticadas si las comparamos com las que actualmente empleamos, en medio de unas condiciones de gobiernos relativamente simples, com espacios autárquicos y desconectados. (INNERARITY, 2020, p. 26)

Historicamente, os países do Hemisfério Sul foram colônias europeias e, portanto, até a contemporaneidade trazem as marcas de um processo de exploração de suas riquezas, especialmente a América Latina e o Caribe foram arruinadas pelas metrópoles Espanha e Portugal (SAUTER, 1993). No que se refere ao continente africano, agrega-se, além da exploração das riquezas, o tráfico de pessoas para a escravização, a coisificação de seres humanos como mercadorias negociadas nas Américas, intensificando ainda mais a exploração das colônias (BENATTI, 2022). A colonização expropriatória deixou um legado de pobreza, racismo estrutural e desigualdades.

O processo de colonização norte-americano, diferentemente da expropriação latino-americana, não se tratava apenas da exploração de riquezas para a metrópole, mas de geração de riquezas e comercialização de produtos, pois os exploradores que chegaram nos Estados Unidos tinham o objetivo de fixar suas residências e produzir as riquezas pessoais no chamado Novo Mundo. (JENKINS, 2012)

Com a independência dos Estados Unidos, em 1776, esta jovem nação iniciou um processo de desenvolvimento, que a transformou em uma potência econômica, científica e tecnológica no mundo contemporâneo (JENKINS, 2012). Paradoxalmente, todo desenvolvimento e riquezas não foram capazes de dirimir as desigualdades socioeconômicas e o racismo contra as populações negras, uma herança de exclusão e violência na contemporaneidade aceita por um contingente considerável de supremacistas brancos na América do Norte.

Consideramos nestas análises a temporalidade, os territórios com suas especificidades, a necessidade da adoção de um conjunto de Políticas Públicas, normatizações comuns, a exemplo das relacionadas à Educação, que é o foco principal nos documentos internacionais e nacionais construídos para essa finalidade.

Os problemas oriundos da crise econômica mundial desencadeada em 2020 e 2021 pela pandemia da covid-19 se perpetuarão por um longo tempo, principalmente nos países periféricos. Tais problemas afetam todos os setores da sociedade, de formas diversificadas, econômicos e sociais, entre eles a Educação pública, que vem sendo arruinada nos últimos anos.

Como resultado de ações antidemocráticas do Estado nos últimos anos e de atos desastrosos diante da pandemia, percebe-se a Educação pública em situação ainda mais caótica que poderá implicar em um processo de privatização em todos os seus níveis; prejudicando o acesso da população, deteriorando a qualidade, minimizando a pesquisa e, consequentemente, dificultando o avanço científico. O Estado, ao se desobrigar de suas funções, descumpre as políticas públicas que ele mesmo organizou, além de privatizar o bem público elitizando-o.

Diante deste contexto adverso, os debates em torno da decolonialidade, do currículo e da formação docente, especialmente a partir da segunda metade do século XX, vêm assumindo uma posição cada vez mais destacada na sociedade brasileira, tornando-se uma pauta de resistência diante dos desmontes e das mazelas

praticadas nas instituições públicas. Grande parte desse debate realizado pelo Movimento Negro tem adentrado às universidades, com a significativa participação dos Estudos Culturais.

Os Estudos Culturais compreendem um complexo campo interdisciplinar, cujo o objetivo consiste em propiciar percepções para além das determinações condicionadas à economia na esfera do capitalismo; implica em análises mais completas da sociedade a partir da cultura. (ESCOSTEGUY, 2010)

É preciso compreender a cultura não apenas como um dado conjunto de manifestações humanas. Hall (2016) explica que a cultura é uma força em movimento e expansão constante, porque abarca todas as construções humanas, incluindo a Ciência, a tecnologia e a comunicação. Investigando as práticas de resistência das classes sociais subalternizadas, os Estudos Culturais promovem a análise cultural dos contextos e impulsiona discussões acerca das relações entre as culturas na contemporaneidade e a sociedade.

> Os Estudos Culturais viabilizam análises teóricas e pesquisas empíricas sobre a educação e a cultura que se processam também como intervenções políticas em defesa das camadas sociais subalternas, denunciando as desigualdades de acesso aos bens culturais bem como os processos de construção identitária. (PILETTI; PRAXEDES, 2021, p. 109)

É justamente a partir das compreensões obtidas pela análise cultural que se constroem as estratégias de resistência contra a ideologia hegemônica que, sob um falso discurso de inclusão e democracia, evoca a ética e a moral para manter as mentes das populações colonizadas, controladas; subalternizando e invisibilizando determinados grupos sociais como as populações negras, as populações indígenas, as mulheres, os pobres, os segmentos LGBTQIA+ e até mesmo os refugiados.

Nas pesquisas bibliográficas que ancoram as discussões neste artigo destacamos Stuart Hall (2016), Aníbal Quijano (2005), José Gimeno Sacristán (2017), Maria Lúcia Damásio, Eneida Oto Shiroma (2011), Teresa Teruya e Delton Felipe (2018), entre outros. Essas produções teóricas que fundamentam os assuntos propostos contribuem para a nossa análise da série para streaming TV “Ruptura”, dirigida e produzida por Ben Stiller e Dan Erickson VII e das percepções localizadas nos documentos que compõem as políticas educacionais públicas brasileiras (nacionais e internacionais). Este artigo não se propõe a conclusividade, mas abrir espaços para discussões e o desenvolvimento de outras pesquisas e práticas, que venham compreender as complexidades que envolvem as políticas educacionais públicas brasileiras em torno de questões fundamentais como o currículo, a decolonialidade e à docência.

A metodologia utilizada nesta produção justifica-se pela necessidade de se organizar esforços em construir ações de resistência diante do desmonte paulatino da educação brasileira. Assim, convidamos os/as leitores/as à reflexão, discussão e ação em prol da tão sonhada e possível qualidade na educação, e formação para a docência.

RUPTURA – *"QUEM É VOCÊ?"*

A análise de produções fílmicas pode ser considerada como importante e interessante ferramenta para a compreensão histórica e cultural de uma determinada sociedade, ou ainda das relações entre as sociedades em um contexto de intercâmbios como ocorrem no cenário da globalização.

Penafria (2009, p. 1) explica que "[...] analisar um filme é sinônimo de decompor esse mesmo filme", a fim de obter informações relevantes, que proporcionarão possibilidades de compreensão da realidade, visto que nos filmes se refletem as relações históricas e culturais, os significados e representações que constituem a sociedade e suas estruturas. Para Tarín (2010, p.14), "[...] todo espectador, em seu processamento hermenêutico durante a fruição de um produto audiovisual, gera um horizonte de expectativas que constrói e reconstrói mentalmente o mundo narrado, de forma que cada mudança imprevista nas tramas reformula essa construção mental.[5]" Dessa forma, Tarín (2010) corrobora com o pensamento de Penafria (2009), apontando que a análise fílmica possibilita avaliações dos diferentes discursos contidos no enredo, fotografia, trilha sonora, transitando entre o conteúdo, a poesia e representações.

Sem esperar por uma resposta da audiência, o capítulo inicial da série **"Ruptura"** é marcado por uma pergunta, "Quem é você?". A série segue o seu percurso tornando a resposta para o questionamento inicial ainda mais intrigante e significativa, pois não se dirige apenas à audiência, mas aos personagens que compõem a trama, que se desenrola em nove capítulos na primeira temporada.

A série "**Ruptura"**[6] criada e produzida por Dan Erickson e dirigida por Ben Stiller e Aoife McArdle é um artefato da Indústria Cultural. Esta série imprime formas diversificadas de produção da cultura, cuja finalidade consiste em provocar o consumo e favorece não apenas a acumulação, própria do capitalismo, mas constitui-se em um meio impressionante de difusão ideológica, além de ser uma ferramenta voltada para a manutenção do controle e consensos.

Adorno e Horkheimer (2011) apontam como a Indústria Cultural organiza seus produtos a partir de padrões, que se repetem na organização de seus enredos, como por exemplo: um enigma que envolve um herói e uma heroína, sendo que tal enigma impulsiona uma complexa rede de sucessivos obstáculos e equívocos até o seu desfecho, onde o herói resolve a trama e modifica os rumos da história para todos os envolvidos. Este padrão, sendo a base, se reproduz em canções, literaturas, quadrinhos, filmografias, animações, enfim, em toda a gama de produtos da indústria cultural.

---

[5] *"[...] todo espectador, en su procesamiento hermenêutico durante la fruición de un producto audiovisual, genera un horizonte de expectativas que va construyendo y reconstruyendo mentalmente el mundo narrado, de tal forma que cada cambio no previsto en las tramas reformula esa construcción mental*." (TARÍN, 2010, p.14)

[6] O nome original desta série norte-americana é "***Severance***". O criador, roteirista e produtor é Dan Erickson, tendo como diretor e coprodutor Ben Stiller. O primeiro capítulo da primeira temporada foi exibido simultaneamente nos cinemas e em streaming pela Apple TV+, em 18 de fevereiro de 2022. A série contou com nove episódios de aproximadamente 45 minutos; foram 390 minutos de exibição no total. A segunda temporada está programada para o semestre de 2023.

Nesta perspectiva, seguindo o traçado das considerações de Adorno e Horkheimer, a Indústria Cultural ao ofertar produtos que promovem uma satisfação compensatória submete a audiência ao seu monopólio que, por sua vez, os torna acríticos, visto que, eles adquirem os produtos por sua própria vontade. Ao camuflar a sua força, ela se apropria do papel de orientadora dos indivíduos diante das circunstâncias por vezes caóticas no mundo social, desarticulando a crítica e até mesmo a revolta da assistência contra o seu sistema.

Sem desconsiderar as articulações de Adorno e Horkheimer (2011), Stuart Hall (2016) apresenta um olhar menos pessimista no que se refere às ações da Indústria Cultural, na medida em que considera o papel da audiência como um conjunto menos passivo, que não somente recebe as informações, mas que as compreende e as articula de acordo com os repertórios de conhecimentos que possui. A posição de Hall (2016) também concorda com Benjamim (2013), na medida em que considera os produtos da Indústria Cultural como veículos de acessos das massas a outras culturas. Entretanto, Hall (2016) discorda veemente da ideia de separação entre cultura popular, de massas, e a alta cultura, ou seja, intelectualizada. Para Hall (2016), a Cultura se constitui em um campo complexo, em constante movimento e articulações, em outras palavras, tudo é cultural, pois se constitui em uma produção humana.

A finalidade principal, no caso de *streamings* como a *Apple* TV+, é proporcionar o consumo não apenas do *streaming* em si, mas dos produtos que sutilmente são veiculados a cada capítulo, sejam eles objetos de decoração, *merchandising* de marcas, alimentos, dentre outros. Além disso, existem ainda os atravessamentos discursivos, a difusão de significados que, consequentemente, implicarão em novas representações e sentidos.

O roteiro da série "**Ruptura"**, da primeira temporada, foi inteligentemente estruturado para manter e provocar a curiosidade da audiência, atendendo às especificidades da Indústria Cultural. Entretanto, além da difusão de um aparato ideológico e provocador, também remete a uma infinidade de questões ou situações que envolvem a Psicologia e a Psicanálise, no que se refere ao inconsciente, até a História, a Sociologia, a Economia e as relações humanas. Percebemos nitidamente uma crítica às políticas das organizações nas relações de trabalho. Neste cenário, é possível agregar a educação e sua utilização como promotora do capital humano a serviço dos interesses neoliberais.

> [...] a atuação do Banco Mundial, da Unesco e da OCDE em um processo contínuo de pleitear a Educação pública brasileira, ora associando-a à teoria do capital humano, ora elevando-a para o mercado de negócios comercializáveis, e ora exigindo dela formação para que trabalhadores possam disputar emprego em um mercado volátil. (PEREIRA; SILVA, 2018, p. 534)

A série **"Ruptura"** se constitui em uma crítica veemente à lógica do capitalismo e seu descompromisso com os sujeitos, que são vistos tão somente como capital humano passível de trocas e, portanto, avaliados tão somente pela produtividade. No enredo da série, a Lumon, uma indústria farmacêutica fictícia, propõe a seus/suas funcionários/as um procedimento, que divide a consciência dos funcionários criando assim duas personalidades em um mesmo corpo, sendo uma dedicada à vida profissional, enquanto a outra à vida pessoal,

ou seja, uma ruptura que provoca uma espécie de amnésia controlada (RUPTURA, 2022). Isso significa que ao adentrarem no local de trabalho os funcionários não se recordarão de suas vidas fora daquele espaço, em contrapartida, ao retornarem às suas vidas fora da empresa, não se lembrarão do seu cotidiano de trabalho.

A estrutura física da empresa remete às linhas retas em uma fachada enorme na cor acinzentada, todos os caminhos se encontram na porta de entrada principal colocando-a como o centro. Nos seus espaços internos minimalistas e monocromáticos prevalece a monotonia, com corredores longos e totalmente brancos com portas sempre fechadas. Não há diálogo entre os departamentos da empresa, sendo o foco de todos tão somente a produção. Os diálogos entre os colegas de um mesmo departamento são frugais. Em alguns momentos aparecem as cores verde e marrom em determinados espaços. Há também uma grande imagem, um quadro, que remete ao fundador da empresa.

Outros detalhes importantes são as câmeras, o que denota vigilância constante dos líderes da empresa sobre os/as funcionários/as; a postura do supervisor, que sempre observa, repreende e pune em qualquer pequeno deslize irrisório.

Quando os/as trabalhadores/as saem da empresa, na porta de saída, já não têm lembrança do que realizaram em suas funções no trabalho; geralmente, está quase anoitecendo e suas áreas de convivência também despertam solidão. A ruptura é uma presença constante!

Neste enredo, não há espaços para representações da diversidade, os personagens em sua maioria são homens e brancos, as mulheres, nesta primeira temporada, mesmo quando desempenham um papel de destaque na organização, são subalternas. Com relação a representação negra, só há um personagem, que exerce um cargo de liderança, porém trata-se de uma fachada, pois a sua real função é a de vigilância, delação dos funcionários e notificação dos verdadeiros comandantes da empresa, a fim de que as punições aplicadas e o poder se mantenham intactos. Nesta perspectiva, as mulheres e o homem negro representam a subalternização e inferiorização das capacidades e possibilidades inerentes aos talentos que há em cada pessoa.

Observar esta série é quase como contemplar a educação brasileira nos últimos anos e o projeto de ruptura proposto pela agenda neoliberal, que tem sido implementado desde antes da pandemia da covid-19.

Um currículo tão minimalista e monocromático como o exposto na forma física da Lumon denota o descaso com o equilíbrio entre conteúdo-forma-destinatário, o descompromisso com a Ciência, com a diversidade cultural e étnico-racial; um descompasso com as questões que envolvem gênero, um desrespeito aos docentes e estudantes, que se veem presos em cadeias invisíveis. As tentativas de apagamento da história e as ações voltadas para o silenciamento são representadas nesta obra de ficção.

A estrutura monumental e austera de linhas retilíneas remete a proeminência do capitalismo que se reestrutura a cada crise cada vez mais forte. Os caminhos que o colocam como centro podem representar também o imperialismo econômico e a colonização das mentes diante das demandas do mundo globalizado.

Acrescente-se as percepções que emanam dessa estrutura e a ideia de manutenção de um pensamento hegemônico que discrimina as diferenças, a pluralidade da cultura.

A discriminação contra as populações negras construída pelo colonizador se fortaleceu ao ponto de impregnar as estruturas da sociedade contemporânea. Por este motivo, o pensamento ideológico que subalterniza e inferioriza um corpo negro, ainda persiste como justificativa até mesmo para cometer atos de violência. Para quebrar essa cadeia viciosa é preciso ações conjuntas de uma resistência que se articula nos espaços dessa sociedade complexa e defende a democracia, pois, aponta Innerarity (2020, p. 135), a sobrevivência da diversidade e do diálogo entre as liberdades só é possível nas democracias.

> As democracias processam mais complexidade do que qualquer outra forma de organização da sociedade justamente na medida em que melhor articulam o pluralismo social e possibilitam o aprendizado coletivo. Ao contrário do que parece, a democracia pode ser entendida como o regime da complexidade. A democracia é a forma de governo que cultiva o dissenso, protege a diversidade e a heterogeneidade, que está mais interessada em lidar com a complexidade social do que em sua repressão.[7] (tradução nossa)

Mesmo diante de uma perspectiva tão caótica, a resistência surge como um raio de esperança. Esta primeira temporada em seus últimos episódios sugeriu que a lógica determinista que aprisiona tem pontos fracos e rupturas, por onde os personagens em luta pela liberdade e a consciência crítica podem investir para transformar a realidade da empresa Lumon e, consequentemente, recobrar a completude que lhes foi retirada.

Essa perspectiva pode ser comparada às resistências que emanam positividade na sociedade brasileira e que aos poucos reconquistam espaços mesmo diante das demandas do Capital e do imperialismo. Espaços nas políticas públicas, na escola que não se configura tão somente como um aparelho ideológico, no currículo vivo, produzido pela ação docente e nos movimentos sociais, que sinalizam para a mudança possível.

Diante do exposto, compreender criticamente como se articulam as esferas internacional e nacional na constituição das políticas educacionais públicas brasileiras é preponderante e objeto, não conclusivo, apontando para o encaminhamento de mais estudos e discussões, que viabilizem entendimentos necessários para o fortalecimento e aplicações de políticas públicas inclusivas e de fato efetivas.

INFLUÊNCIAS EXTERNAS NO CURRÍCULO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE CULTURAL

Permeado pelas hecatombes na política mundial, provocadas pelo conservadorismo exacerbado na política, pelas ditaduras remanescentes, o enfraquecimento da democracia, incluindo o Brasil, falência das instituições sociopolíticas, além das especificidades locais, se constituem em realidades vivenciadas de modo

[7] Las democracias tramitan más complejidad que cualquier otra forma de organización de la sociedad precisamente en la medida en que articulan mejor el pluralismo social y posibilitan el aprendizaje colectivo. Frente a lo que parece, la democracia puede entenderse como el régimen de la complejidad. La democracia es la forma de gobierno que cultiva el disenso, protege la diversidad y la heterogeneidad, que está más interesada en tramitar la complejidad social que en su represión. (INNERARITY, 2020, p. 135)

geral em países de economia emergente ou em falência, tais como, na jovem América Latina. Consequentemente, as incertezas geradas nesse processo histórico se refletem num mundo contemporâneo cada vez mais globalizado, incidem nos mercados internacionais. Estas realidades complexas se constituem em condicionantes para as reformas de cunho político e educacional adotadas nas nações latino-americanas.

Nesse campo conflituoso, emergiram os fóruns mundiais a partir da década de 1990, apoiados pelos organismos internacionais, voltados para a economia e com forte influência na Educação. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011)

O objetivo aparente destes organismos consiste na promoção de consensos, apontando em seus discursos o aparente interesse no crescimento sustentável e desenvolvimento qualificado, para o bem comum e a promoção do equilíbrio mundial. Entretanto, a realidade que reside nas entrelinhas dos documentos referentes aos relatórios e acordos, aponta sutilmente para a manutenção do imperialismo das grandes economias mundiais, que subsistem da exploração dos países emergentes e subdesenvolvidos, sob o controle de uma política neoliberal que consolida o novo capital financeiro.

Por intermédio das orientações e financiamentos voltados para a Educação e a constituição de políticas assistenciais como ações solidárias, objetiva-se a manutenção de uma colonização ainda mais perniciosa; agora das mentes. Quase uma aculturação, uma formatação dos sujeitos para o atendimento dos mercados e para a manutenção da alienação. “Além disso, estes tecnocratas e intelectuais do capital tratam a Educação como meio para aquisição de competências e habilidades desvinculadas da formação humana, com capacidade crítica de compreensão da realidade estrutural e concreta.” (PEREIRA; SILVA, 2018, p. 537)

As agências internacionais como o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre outras, exercem seu poder e influência em âmbitos mundiais na construção dos currículos e das políticas educacionais dos países em desenvolvimento, entre eles o Brasil. (RABELO; GIMENEZ; SEGUNDO, 2015)

Atento ao movimento destas circunstâncias, o meio acadêmico nas universidades públicas tem aberto espaços para estudos e discussões sobre essas influências, a fim de apontar as intersecções, que, por vezes, são invisibilizadas. Destacamos, por exemplo, o silenciamento de aspectos importantes da cultura ao se ampliar a ênfase em uma formação colonial a partir dos conteúdos escolares; esconde-se também o racismo estrutural quando se minimiza a falta de acesso da população negra, majoritariamente pertencente às camadas mais pobres da sociedade. Além disso, nos discursos contidos nos documentos oficiais, apresenta-se uma ideia parcial de valorização da cultura afro-brasileira.

Currículos euro-centrados não atendem as relações étnico-raciais, tampouco as relações de gênero; nem dão a devida representatividade a história e as culturas locais, componentes imprescindíveis na constituição identitária. Outras características dos currículos assim formatados encontram-se na valorização

do processo de aprendizagem por competências em detrimento do pensar crítico e das discussões acerca da cidadania, processo político democrático em seu sentido real; enfim, o lugar de importância dos sujeitos no país.

Documento normativo para a construção do currículo escolar nas instituições educativas de todo o Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)[8], em primeira etapa, foi sancionada no ano de 2017, contendo as normativas para o currículo da Educação Infantil e Ensino Fundamental, e no ano de 2018 (dois mil e dezoito) após a sua sanção destinada para a conformação do Novo Ensino Médio (BRASIL, 2018). Ancorada nos marcos legais brasileiros a BNCC, ao menos em tese, tem a pretensão de proporcionar melhorias no sistema de ensino brasileiro.

A BNCC (BRASIL, 2018) "[...] carrega em si o sonho iluminista de universalização de direitos no tocante ao acesso ao conhecimento acumulado e à qualidade da educação que se realizaria pela distribuição igualitária e isonômica desses conhecimentos" (CURY; REIS; ZANARDI, 2018, p. 53). Entretanto, tal sonho já não pertence a todos, a universalização foi transformada em adequação, sendo apropriada pela classe dominante, que por intermédio de seus discursos midiáticos têm criado as condições necessárias para que a população em geral não reflita acerca do que de fato representa a mensagem contida na BNCC.

À medida que vão sendo criadas as representações e sentidos da realidade, um repertório de conhecimentos se constrói para significar coisas ou pessoas (HALL, 2016). Quando nos defrontamos com uma mensagem discursiva e dominamos a linguagem que foi utilizada conseguimos ultrapassar a primeira etapa de compreensão da mensagem que é a decodificação, ao compreender a linguagem evocamos os repertórios armazenados na memória, a fim de compreender a mensagem decodificada.

Há pouco mais de dois anos, o Ministério da Educação (MEC) tem divulgado uma série de propagandas em variadas linguagens midiáticas com informações direcionadas, a fim de introduzi-las em nosso repertório de conhecimentos, para que a comunidade escolar tenha um entendimento unilateral acerca da BNCC. (BRASIL, 2018)

Neste documento da BNCC, referente ao currículo e à metodologia de ensino do Ensino Médio, há uma desvalorização das disciplinas da área das Ciências Humanas e referidos conteúdos, tais como a Sociologia, a Filosofia, Antropologia, a Cultura, a História e a Geografia. A precarização do ensino mediante o esvaziamento destes conteúdos trará prejuízos à formação dos sujeitos. (CURY; REIS; ZANARDI, 2018). Um exemplo ilustrativo desta situação seriam os conteúdos da Geografia e seus ramos, a exemplo da Geografia Ambiental relacionada aos biomas e sustentabilidade; a Geografia Física que aponta para o relevo e fronteiras, consequentemente para os recursos naturais e soberania do Estado; a Geografia das populações que diz respeito às populações nacionais e internacionais, à Demografia; por fim, a Geografia político-econômica. Sem essa compreensão do

[8] Base Nacional Comum Curricular, promulgada em sua totalidade em 2018 se constitui em documento normativo e orientador da organização e construção dos currículos escolares no território brasileiro.

espaço físico, humano e econômico dificilmente será possível às novas gerações, em formação, organizarem uma visão crítica, mais humana e ética acerca dos contextos.

Disciplinas que impulsionam o pensar crítico sobre a realidade e a sociedade, que desenvolvam a ética e um olhar coletivo em busca do bem comum, estão sendo paulatinamente deixadas como optativas, como no caso brasileiro da BNCC (BRASIL, 2018) do Ensino Médio e no caso do Ensino Fundamental com o direcionamento para os conteúdos mínimos e generalistas (CURY; REIS; ZANARDI, 2018). Isso ocorre em todos os níveis de ensino incluindo nas licenciaturas voltadas para a formação docente como a BNC – Formação, homologada pela Portaria nº 2.167 de 19 dezembro de 2019 (BRASIL, 2019a) e promulgada pela Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 que "Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores(as) para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores(as) da Educação Básica. (BRASIL, 2019b)

Na perspectiva desta diretriz, a formação para a docência, tanto a inicial na licenciatura como a continuada no espaço de trabalho, alinham-se aos direcionamentos da BNCC (BRASIL, 2018). Tal documento reduz na licenciatura os entendimentos das bases teórico/conceituais tão importantes para o exercício pleno da docência, em detrimento de uma formação voltada à prática, o que implica em uma incompreensão dos fundamentos teóricos e metodológicos da Educação e do processo de aprendizagem dos sujeitos. (NOGUEIRA; BORGES, 2021)

Ao descaracterizar a formação para a docência, a implementação da BNC-Formação desconsidera a cultura, as relações étnico-raciais e de respeito à alteridade e gênero, em detrimento de um preparo para o mercado de trabalho.

O projeto que culminou na construção da BNCC, que influencia a BNC-Formação (BRASIL, 2019b), teve um processo longo que se arrastou por quase trinta anos (CURY; REIS; ZANARDI, 2018).

Os marcos legais que validam a BNCC para a sua implementação são:

> **1. Constituição Federativa Brasileira de 1988:**
> Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.
> § 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.
> § 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. (BRASIL, 1988, Art. 210)
>
> **2. LDB 9394/1996**
> Art.9ª/ IV-A - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996, Art. 9º)
>
> **PNE – Lei n. 13005/2014**

> Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem,
> **Estratégia 7.1 -** estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a Base Nacional Comum dos Currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local. (BRASIL, 2014)
>
> **Lei 13415/2017 – Alterações na LDB 9394/96**
> Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE), nas seguintes áreas do conhecimento: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas.
> Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:
> § 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino. (BRASIL, 2017)

Observando o Artigo 210 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), componente do marco legal para a instituição da BNCC (BRASIL, 2018), aponta para a valorização do que é comum, ou seja, regional. Numa sociedade plural, como a brasileira, o sentido de comum consiste naquilo que é básico para os sujeitos aprenderem no espaço escolar e, ao mesmo tempo, corrobore para o modelo de pessoa para a sua adesão futura no processo produtivo do país.

"Educação para todos ao longo da vida", slogan forjado desde a década de 1990 realmente se propõe a viabilizar uma constituição curricular inclusiva, que prime de fato pela igualdade e equidade? Que objetive de fato a qualidade na Educação, equilibrando o desenvolvimento econômico, com uma formação do trabalhador e cidadão, com direitos e autonomia, não apenas deveres? Distante da ingenuidade, este slogan em suas entrelinhas aponta na direção de uma adequação da Educação ao novo modelo produtivo pautado nas exigências do neoliberalismo. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011)

As incursões dos acordos internacionais nas configurações das políticas públicas e reformas educacionais, e do Currículo em acordo com as políticas neoliberais, com vistas ao favorecimento do novo Capital Financeiro são abordagens implícitas nos discursos dos documentos que regem as políticas públicas para a Educação brasileira. Ainda que incidam na forma como os conteúdos são eleitos e organizados no documento curricular, porém não podem ser considerados determinantes, há uma série de outras questões que emergem no momento de se construir o currículo escolar.

Aprovada em maio de 2015 na cidade de Incheon, República da Coreia do Sul, no fórum Mundial da Educação, organizado pela UNESCO em conjunto com a UNICEF, UNFPA, PNUD, ACNUR, ONU MULHERES e Banco Mundial, a "Declaração de Incheon" tem um discurso, cujo objetivo geral centra-se na promoção da equidade, igualdade e inclusão na Educação, bem como uma aprendizagem ao longo da vida ao alcance de

todas as pessoas. Neste Fórum participaram 160 países com mais de 1600 participantes dentre os quais, ministros, chefes de Estado e delegações; chefes de organismos e funcionários de organizações multilaterais e bilaterais, docentes, representantes da sociedade civil, jovens e setor da iniciativa privada. De acordo com o documento construído, a Declaração de Incheon para a Educação 2030 pretende representar uma nova visão da educação para os próximos anos. (UNESCO, 2016a)

Em linhas gerais, na superfície, o texto da declaração não traz proposições totalmente inovadoras, sendo uma reiteração de ações propaladas nos documentos do encontro de Jomtien (1990) e Dakar (2000). Em realidade, desde 1980, os países latino-americanos vêm traçando metas que em sua essência têm o mesmo discurso, porém não foram efetivadas em sua totalidade. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011)

O Fórum tratou também dos financiamentos, apontando para direcionamentos do Banco Mundial, a coalisão da iniciativa privada junto aos respectivos governos na materialização dos projetos e, enfatizou a meta de qualidade na Educação apontando principalmente para os países subdesenvolvidos, mas também para o grupo de países emergentes como Brasil, América Latina e Caribe, devido ao seu status de subdesenvolvimento em muitas instâncias em comparação aos países mais desenvolvidos. (RABELO; GIMENEZ; SEGUNDO, 2015)

Em se tratando especificamente do Brasil, as considerações do Fórum apontaram para a necessidade de investimentos na Educação como um "todo", destacando a formação de docentes, tendo a participação da iniciativa privada junto aos programas e políticas demandados pelo Estado, além da inclusão da sociedade civil e da família nas discussões, que serão importantes nessa situação. (RABELO; GIMENEZ; SEGUNDO, 2015)

Como se observa, tanto a BNCC (BRASIL, 2018) como a BNC-Formação (BRASIL, 2019b) são documentos construídos em concordância com os interesses descritos na declaração de Incheon/2015 e debatidos no Fórum Internacional em atendimento às demandas do Banco Mundial. É necessário ler além do discurso propalado nestes documentos, e prestar atenção às ideias implícitas; uma leitura de entrelinhas detectando as ambiguidades.

Segundo a Declaração de Incheon (UNESCO, 2016a), a Educação se constitui mola propulsora de desenvolvimento sustentável e deve estar ao alcance de todos. Nesta perspectiva, grandes desafios concretos estão diante dos países da América Latina, como, por exemplo, a inclusão social de todos, não apenas dos indivíduos com alguma deficiência, o acesso das crianças, jovens e adultos a uma educação pública e com boa qualidade, a equidade, a erradicação do analfabetismo, a conscientização quanto ao respeito à diversidade de gênero e etnia, a minimização da exclusão social causada pela divisão econômica das classes sociais (UNESCO, 2016b).

O documento não faz uma abordagem nítida acerca da educação voltada para o não apagamento cultural das populações negras, ou ainda das relações étnico-raciais. Na meta 7 (sete), o texto aborda inclusão de uma forma geral, mas não explicita quem ou como; na meta 8 (oito) faz uma abordagem sobre gênero.

Entretanto, os líderes dos países assinaram uma agenda de compromissos que deverão ser cumpridos até 2030.

> 7 - Inclusão e equidade na e por meio da educação são o alicerce de uma agenda de educação transformadora e, assim, comprometemo-nos a enfrentar todas as formas de exclusão e marginalização, bem como disparidades e desigualdades no acesso, na participação e nos resultados de aprendizagem. Nenhuma meta de educação deverá ser considerada cumprida a menos que tenha sido atingida por todos. Portanto, comprometemo-nos a fazer mudanças necessárias nas políticas de educação e a concentrar nossos esforços nos mais desfavorecidos, especialmente aqueles com deficiências, a fim de assegurar que ninguém seja deixado para trás.
>
> (…)
>
> 8 - Reconhecemos a importância da igualdade de gênero para alcançar o direito à educação para todos. Dessa forma, estamos empenhados em apoiar políticas, planejamentos e ambientes de aprendizagem sensíveis ao gênero; em incorporar questões de gênero na formação de professores e no currículo; e em eliminar das escolas a discriminação e a violência de gênero. (UNESCO, 2016a, p. 5)

De fato, a Educação se constitui em um instrumento de empoderamento dos sujeitos, o que por sua vez deve gerar desenvolvimento, contudo ela não pode ser apontada como a redentora, ou ainda a salvadora da situação vigente. Seria muita ingenuidade e uma temeridade pensar dessa forma, ao contrário, a educação pode atuar como um dos instrumentos importantes na conquista desses anseios por progresso, por uma sociedade mais justa, igualitária, desenvolvida.

Todavia, há outras áreas sociais que não são de responsabilidade da Educação, por exemplo, os aspectos de infraestrutura e investimentos. Emergem implicitamente e explicitamente nos discursos dos documentos, tanto da declaração de Incheon, de 2015 como da BNCC, aspectos que remetem a ideia de satisfação das necessidades do Capital, ainda que em primeira instância passem desapercebidos.

Diante desta perspectiva, a BNCC (BRASIL, 2018), mesmo que seu discurso negue a forma tradicional como foram elencados os conteúdos “mínimos e essenciais”, a base descrita pelo MEC como um orientador, na verdade, se estabelece como um currículo nacional. O que se pretende expor é que por mais que fuja ao papel de seleção, organização e sequenciamento de conteúdos, a BNCC tem esse papel e se ela não é currículo, ela não pode deixar de ser considerada um currículo oficial, prescrito. (CURY; REIS; ZANARDI, 2018)

A prescrição que se estabelece na BNCC (BRASIL, 2018), segundo a qual os conteúdos elegidos são o que necessariamente todos os brasileiros normativamente devem aprender denota um contrassenso muito grande diante do que o currículo verdadeiramente é.

O currículo se constitui em uma produção da cultura, assim como a cultura pode ser compreendida como uma força em constante movimento e transformação, assim, o currículo pode estar em movimento e interagir com o contextual. Na proposta da BNCC, o currículo passa a estagnar-se e a distanciar-se do real/contextual, tornando-se uma instância construída imune aos atravessamentos discursivos do cotidiano.

> O caráter normativo da BNCC prescreve aos estudantes os conhecimentos, habilidades e competências que os estudantes da Educação Básica devem mobilizar e estudar. (...) Essa prescrição pretende ordenar e unificar o currículo brasileiro, ignorando a visão dinâmica e se negando a assumir sua responsabilidade politicidade [...]. Essa negação se dá em prol de uma crença positivista de neutralidade do conhecimento científico que deveria ser distribuído pela escola. (CURY; REIS; ZANARDI, 2018, p. 70)

O sujeito histórico não é considerado como deveria neste processo de formação, tampouco a sua importância política e relações com a cultura. O desenvolvimento social e psicobiológico da humanidade está ligado às interações não só com o meio social, mas com a História e a Cultura, sendo partícipe delas.

Diante da alegação de atendimento a necessidade da educação, subjaz a ideia de definição de conteúdo, das competências e habilidades necessárias, da definição dos saberes que corroborarão para a formação de atitudes e relacionamentos. Os conhecimentos escolares são descontextualizados e privados de seu movimento, são então relegados a um plano adjacente, tendo uma característica instrumental, relegada a um uso imediato (processos seletivos, por exemplo) e de contexto, isto é, conforme os interesses mercadológicos. (CURY; REIS; ZANARDI, 2018)

O princípio de que todos os cidadãos têm direito à educação, e que os governos têm a responsabilidade de proporcionar os recursos para garantir este direito de cidadania, está expresso no preambulo da "Declaração de Lima", a qual enfatiza,

> Respaldamos os princípios e objetivos estabelecidos pelo acordo de Mascate, observando que a meta global de 'garantir educação inclusiva e equitativa de qualidade ao longo da vida para todos até 2030' reflete a aspiração da região da América Latina e do Caribe (ALC) por educação e desenvolvimento, bem como o roteiro estabelecido pela Primeira Reunião de Ministros da Educação da CELAC em Cuba em fevereiro de 2013.[9] (UNESCO, 2016b, p.1) (tradução nossa)

As demandas por educação são grandes e muito diferenciadas em cada país da América Latina e Caribe, sendo os recursos públicos para este fim escassos, além de frequentemente desviados para outras finalidades. É necessário, por isto, discutir as prioridades no uso dos recursos públicos, e trazer recursos adicionais para garantir a provisão de educação para todos.

O documento da declaração de Incheon (UNESCO, 2016a) aponta constantemente para a igualdade e equidade, mas não diz como alcançá-la. Focaliza sobre a formação para o mundo do trabalho, preparação da criança e o adulto ao longo da vida, mas não valoriza o ser humano, mas que ele pode produzir. Um discurso muito bem escrito, apologético e repetitivo, que diz de uma forma generalizante o que é necessário, mas ao

[9] "Respaldamos los principios y objetivos establecidos por el Acuerdo de Mascate, haciendo presente que el objetivo global 'asegurar una educación de calidad inclusiva y equitativa a lo largo de la vida para todos al 2030', refleja la aspiración de la región de América Latina y el Caribe (ALC) para la educación y el desarrollo así como la hoja de ruta establecida por la Primera Reunión de Ministros/as de Educación de CELAC en Cuba en febrero del 2013".

mesmo tempo não se compromete. Comparar o conteúdo da BNCC com a Declaração de Incheon é o mesmo que rever o texto deste documento uma segunda vez. Sobressai nestas perspectivas à pedagogia do "aprender a aprender", que

> [...] consiste em uma corrente pedagógica contemporânea que tem como base comum à adesão e reedição dos pressupostos escolanovistas e a consequente negação da pedagogia tradicional e das formas clássicas de educação escolar com os seus métodos, conteúdo e formas de trabalho. Essas pedagogias, dentre as quais se destacam o construtivismo, a pedagogia do professor reflexivo, a pedagogia das competências, a pedagogia de projetos, baseiam-se em uma concepção idealista da relação entre educação e sociedade, e por isso difundem a crença da possibilidade de solução dos problemas sociais pela via da educação, mantendo intacto o controle do capital sobre a totalidade social. (RABELO; JIMENEZ; SEGUNDO, 2015, p. 172)

Nesta linha de raciocínio emerge a implementação do Novo Ensino Médio, cuja nova Base Nacional Comum Curricular, atende prontamente as exigências do modelo Neoliberal, no que diz respeito à formação de um trabalhador flexível, nos moldes do novo Mercado. Dessa forma, o currículo pautado em competências se adequa aos novos modelos de organização, a fim de formar as competências necessárias para o modelo produtivo estabelecido, e em certa medida para a participação dos sujeitos na sociedade de acordo com a ideologia hegemônica.

> As reformas na educação brasileira fazem parte de um projeto que não dialoga com os principais envolvidos nas propostas em curso – professores, alunos, comunidade escolar – e apresenta-se como uma afronta à democracia. Os principais envolvidos no processo de construção de uma base nacional comum curricular e do novo ensino médio se apresentam como sujeitos individuais ou coletivos através de instituições públicas e privadas que atuam no setor educacional, institutos e fundações ligados a grandes empresas nacionais e internacionais, bem como instituições financeiras ligadas ao mercado de capitais, visando construir um projeto hegemônico de educação e de sociedade. (PERONI; CAETANO; LIMA, 2017, p. 418)

Desta forma, a nova Base Nacional Comum Curricular Brasileira para o Ensino Fundamental, em fase de implementação, o Plano Nacional da Educação (PNE), lei nº 13.005/2014 e o Novo Ensino Médio, constituem-se em políticas que corroboram com os acordos internacionais e traduzem a política Neoliberal que subjaz aos mesmos. "O estabelecimento de acordos na área de educação ressalta o interesse internacional em outros setores de responsabilidade do Estado, favorecendo a articulação entre diversos setores econômicos e sociais de um governo." (BENDRATH, 2010, p. 169)

Sendo assim, as organizações internacionais e multilaterais terão um papel cada vez maior a desempenhar neste processo, que necessitará de investimentos, para além do Estado, a fim de dar cabo das necessidades no campo educacional em adaptar-se às exigências do Novo Capitalismo. Nas relações geopolíticas os organismos mundiais cobrarão o seu preço. (BOOM, 2009)

Esta perspectiva apresenta a sutileza da manutenção da colonialidade, mas há formas de se romper com esse ciclo vicioso que já dura tanto tempo. Uma das formas para coibir a continuidade do colonialismo que se utiliza do conhecimento para domesticar as mentes, consiste em utilizar um conhecimento ressignificado, refletido como contraponto, um currículo cultural.

Segundo Quijano (2005), a educação decolonial desempenha um papel ativo na contemporaneidade, sendo a decolonialidade o único trajeto capaz de desconstruir os padrões de conduta e estética, conceitos e perspectivas de futuro impostas aos subalternizados, sendo que as populações negras do país são as mais atingidas e desconsideradas.

O Movimento Negro Educador apresentado por Gomes (2019) se constitui no maior representante de combate à colonialidade, visto que a partir da constituição de uma posição política e educativa decolonial impacta os currículos escolares, tendo como meta não apenas o combate ao racismo e a discriminação racial, mas ser um instrumento de libertação de mentes colonizadas.

As ações do Movimento Negro Educador também impactam a universidade e incidem nos programas de formação para a docência a partir da valorização, inserção e reflexão de todos os conhecimentos incluindo os originários da África e os afro-brasileiros. Somente dessa forma tornar-se-á possível romper os laços com a colonização e seus padrões disseminados a partir da educação. (GOMES, 2019)

No que se refere às relações étnico-raciais, sociedade e educação, a declaração de Incheon não se propõe a intermediar discussões realmente produtivas, em realidade a discurso é insipiente, praticamente invisibiliza a questão. O documento aborda sobre inclusão, a não discriminação, aponta para a igualdade de gênero, porém não há uma referência direta às questões que envolvem o racismo, a cultura em sua verdadeira expressão, aos embates nas perspectivas das relações étnico-raciais e o papel da educação em intermediar as discussões em busca do respeito à alteridade, igualdade e equidade nesta temática. A superficialidade e o politicamente correto suplantam a importância do debate.

No que se refere à BNCC, a superficialidade também é constante, não uma mobilização a fim de perpetrar ações em combate ao racismo. Dessa forma percebemos que a aplicação da Lei n. 11.645/2008, constituída para valorizar os grupos étnico-raciais, dentre eles, o povo negro, a partir de sua história, lutas, cultura, contribuições e como alerta contra o racismo (BRASIL, 2008), permanece em semi- implementação, ou como popularmente se diz “para inglês ver”. Teruya e Felipe (2018, p. 262-263) afirmam:

> O ensino de cultura e história afro-brasileira e africana, não se trata de mudar o foco etnocêntrico, marcadamente de raiz europeia, pela africana, mas ampliar o foco dos currículos escolares para as diversidades cultural, racial, social e econômica brasileira. Cabe às escolas incluírem os estudos e as atividades que proporcionam contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes dos asiáticos e, além destas, das raízes africanas e europeias.

São evidentes as contribuições da educação escolar para a sociedade. Isso não pode ser esquecido, entre elas, a possibilidade de uma reorganização da cidadania, com vistas à criação de uma ordem social mais justa, menos excludente. Para isso, é necessário promover o desenvolvimento de habilidades e competências para a vida, alertando para prejuízos psíquicos causados pelo apagamento da história e desvalorização daqueles que forjaram essa nação brasileira e contribuíram para o desenvolvimento econômico. Só assim, permitiria passos mais largos em ações para a redução das desigualdades sociais e econômicas.

O CURRÍCULO ATIVO NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CULTURAIS

A ação docente de mediação no processo educativo necessita lançar mão de práticas antirracistas, na formação dos sujeitos a partir da educação básica. Ninguém nasce racista, entretanto é por intermédio do processo educativo - formal, não-formal e informal - que os indivíduos vão adquirindo o pensamento ideológico que sobressai na sociedade.

Considerando que boa parte do tempo, principalmente na infância, os sujeitos desenvolvem a aprendizagem no espaço escolar, será por meio do processo educativo e a partir das relações que se estabelecem na escola que vão sendo construídos os conceitos que farão parte da identidade dos sujeitos. Nesta perspectiva o Currículo torna-se preponderante no combate ao pensamento ideológico racista tão naturalizado na sociedade global e na sociedade brasileira, que se autodenomina antirracista, mas não o é.

Sendo impactante e fundante de ideias que alimentam e justificam as práticas de violência, desumanização e desigualdades o racismo é discursivo, ou seja, funciona e se mantém a partir do discurso por meio das diversas linguagens: imagens, música, cinema, animações, literatura, diálogos, narrativas, enfim tem movimento. Numa análise cultural o racismo é totalmente ilógico, porém assume credibilidade por intermédio das narrativas que, habilmente criadas, apontam para a supremacia branca, numa linguagem colonial, cujo objetivo se constitui em perpetuar a inferiorização do “diferente”.

A mentalidade colonizada e euro-centrada persiste fortemente na concepção de mundo da grande maioria da população brasileira, que ainda acredita no mito da igualdade racial. Para se compreender a força e interferências dos embates provocados pela colonialidade das mentes, ainda persistente em pleno século XXI na sociedade brasileira e como isso interfere nas relações sociais, na educação, na política e economia, se faz necessário realizar um percurso histórico e reflexivo, visto que não é possível entender a sociedade brasileira contemporânea sem uma compreensão dos conceitos de raça e racismo, e o entendimento de suas consequências.

Historicamente a sociedade busca determinar, desde a infância, que é necessário negros e negras construírem uma identidade positiva! O questionamento como educadores que em relação a isto deveria ser “positivo” a partir de qual modelo? Quem prescreve esse modelo como ideal de humanidade?

Existe uma emergência de capacitação para o exercício da docência, não apenas em termos da adoção de metodologias ativas, mas de instrumentalização teórica robusta e contextual, a fim de que se possa planejar e desenvolver no espaço escolar um trabalho diário e meticuloso no combate ao racismo estrutural.

O conhecimento reflete as relações de poder, pois sendo determinado por quem luta por perpetuar o que considera ser seu lugar de privilégios e procurará consolidar esta posição, logo as escolhas do que constará no currículo necessariamente deverão corroborar com esta lógica. Dessa forma, se fazem necessários questionamentos tais como, qual conhecimento é validado como verdadeiro enquanto outros conhecimentos são marginalizados, e por que ou melhor a serviço de quem?

Considerando que não bastam questionamentos, mas ações diante das conformações curriculares da atualidade brasileira, sobretudo a BNCC, se faz necessário não apenas pensar nos porquês, mas em como atuar na docência, a despeito do currículo prescrito[10].

Segundo Arroyo (2017) apesar da existência de um currículo prescrito na dinâmica da docência é primaz dar visibilidade aos invisibilizados nas construções curriculares e uma das formas de realizar isto consiste em tornar estes sujeitos partícipes na construção de uma pedagogia integradora, desprendendo-se dos aspectos essencialmente divulgados a partir de um currículo colonizado e racista.

Nesta perspectiva, os Estudos Culturais, para além de apontar no currículo a existência das invisibilizações de grupos vistos como "minorias", do racismo estrutural e questionar a marginalização ou validação dos conhecimentos, se constitui em um campo teórico riquíssimo de estudos e debates, que proporcionarão aos docentes a possibilidade de construções metodológica antirracistas na constituição das práticas escolares na formação dos aprendentes. Segundo Benatti (2022, p. 33),

> As questões conceituais e históricas que se propõem a analisar a constituição dos Estudos Culturais, quase sempre destacam o curso de seu desenvolvimento como campo político e teórico que exerce grande influência – e que foi influenciado – em disciplinas acadêmicas como os Estudos Literários, a Sociologia, Mídia e Comunicação, a Linguística, a História e as Artes. Constituído polissemicamente, a codificação de seus métodos ou conhecimentos corrobora com a afirmação de sua versatilidade teórica [...] um campo intelectual e político de caráter interdisciplinar e antidisciplinar de estudo da(s)/sobre a(s) sociedade(s) e suas culturas.

Segundo Escosteguy (2010), os Estudos Culturais compreendem uma esfera de estudos consistente, cuja tônica consiste em apontar a amplitude da Cultura como campo conceitual e suas implicações nas relações entre os sujeitos e a sociedade.

Olhar o currículo a partir dos Estudos Culturais, sem romper com a análise crítica e reflexiva, que no exercício da docência no confronto com o currículo prescrito para a elaboração e condução do currículo ativo[11]

[10] Se refere às diretrizes curriculares pré-ordenadas, que se constituem em documentos normativos e norteadores dos conteúdos escolares.

são necessárias, possibilita uma visão mais abrangente. De acordo com Sacristán (2017) o currículo tangível, prescrito e posteriormente construído para a atividade se constituem em processos que não são determinados por realidades fixas, mas históricas, em constante movimento. Numa perspectiva dos Estudos Culturais, além desta configuração, o currículo também se constitui em uma construção cultural atravessada por discursos composto por uma rede de significações e representações.

A partir dos Estudos Culturais as análises e construções da prática atingem um patamar para além dos aspectos sociopolíticos e econômicos imbricados na constituição curricular, mas apontam para a centralidade da cultura como campo que permite não apenas a análise crítico-reflexiva, mas abre espaços para os entendimentos da infinidade de atravessamentos discursivos e as relações de poder constantes no currículo. Tal entendimento implica na elaboração de infinitas possibilidades de ações, que se utilizem, em favor de uma construção metodológica do planejamento antirracista, até mesmo do currículo prescrito formatado na perspectiva colonial.

Na lógica da análise cultural do currículo o confronto tem um papel secundarizado diante das possibilidades de transformações da colonialidade prescrita no currículo para as práticas antirracistas possíveis a partir do currículo ativo.

CONSIDERAÇÕES EM MOVIMENTO...

No transcorrer das discussões estabelecidas nesse artigo ficaram nítidas as influências oriundas externa ou internamente, bem como os interesses neoliberais que reverberam nas políticas públicas para a educação. Além disso, foi expresso a tarefa docente na constituição de um currículo vivo, que ressignifique o que foi prescrito nos currículos e documentos oficiais, rompendo as barreiras da diversidade, corroborando para dirimir o racismo estrutural que ainda incendeia a sociedade; construindo pontes sobre a larga e profunda desigualdade socioeconômica, que afronta a população. Finalmente, que liberte as consciências da colonialidade, abrindo espaços para o pensar e o agir criticamente para a formação humana.

A Educação se constitui em uma busca permanente por transformação e ao mesmo tempo conservação. Transformar implica em mudanças em tudo aquilo que cerceia o ser e trava o seu desenvolvimento pleno; por outro lado a conservação pressupõe juízos de valor acerca de algo palpável, ou processos segundo os quais a formação humana ganha significados insubstituíveis. Dessa forma educar pressupõe conservar e transformar em um ciclo em constante movimento.

[11] Currículo ativo, tendo como norteador o currículo prescrito, se refere ao delineamento que na docência se realiza no planejamento das ações, ainda que atrelado a um currículo normativo/prescrito tem um caráter maleável e agregador, portanto, se constitui em um espaço propício para o desenvolvimento das práticas antirracistas e decoloniais.

Ao longo dessas discussões foi possível transitar pelos processos de articulação das políticas públicas, que compõem a legislação educacional brasileira. Dentre os documentos que perfazem, ou direcionam as ações no espaço escolar encontra-se o currículo.

O currículo já não pode ser compreendido tão somente como uma lista de conteúdos privilegiados em atendimento somente as demandas dos jogos de poder e das concepções ideológicas, que são emanadas por ele. Na verdade, ele é muito mais do que um rol de conteúdos, pois é cultural e histórico, logo nele convergem às construções humanas e resultados das relações dos sujeitos, que se estabelecem uns com os outros na constituição da sociedade. Por este motivo, deve ser encarado com muita seriedade e compromisso.

Diante do exposto, uma organização curricular fundamentada numa análise cultural revelará as fragilidades das prescrições do currículo oficial e abrirá espaços para as ações da resistência contra a colonização das mentes.

A construção planejada e estruturada de um currículo que contemple a Ciência, a diversidade, a inclusão e desenvolvimento de práticas antirracistas, encontrará espaços para uma consistente formação para uma docência instrumentalizada que ressignifique o currículo tornando-o vivo. A existência de fluxos entre teoria e prática no processo ensino e aprendizagem permite considerar que Educação, mídias e Estudos Culturais são inseparáveis e imprescindíveis para o desenvolvimento de uma Educação antirracista.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund-.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2011.

ARMADA, Charles Alexandre Souza. Uma sociedade global e um novo tempo. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, v.7, n.2, set./dez. 2012. Disponível em: https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/5608
Acesso em: 19 fev. 2023.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Outros sujeitos, outras pedagogias.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BENATTI, Lucas Men. **Culturas estéticas e afro-diaspóricas**: estratégias para uma pedagogia antirracista. Campo Mourão: Fecilcam; Curitiba: Editorial Casa, 2022.

BENDRATH, Eduard Angelo. Estado, políticas públicas e organismos internacionais: a educação no foco do debate. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, MS, v.16, n.32, p.157-171, jul./dez. 2010. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/2432/1578.
Acesso em: 22 ago. 2022.

BENJAMIM, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

BOOM, Alberto Martínez**.** La educación en América Latina. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid, v. 49, n. 1, p.163–179, 2009. Disponível em: https://rieoei.org/historico/documentos/rie49a06.pdf. Acesso em: 19 nov. 2022. https://doi.org/10.35362/rie490678

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal,1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 15 set. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. **Lei 13415 de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional... Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html. Acesso em: 21 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 2.167, de 19 de dezembro de 2019. Homologa o Parecer CNE/CP nº 22/2019 em conjunto a Resolução CNE/EP n.2, de 20 de dezembro de 2019. Institui a Base Nacional Comum para a formação inicial de professores para a Educação Básica (BNC- Formação). **Diário Oficial da União** (DOU), p. 142, Seção 1, 2019a. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/277508966/dou-secao-1-20-12-2019-pg-142?ref=feed. Acesso: 15 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n.2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília: MEC, 2019b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 4 set. 2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil; REIS, Magali; ZANARDI, Adriano Antônio. **Base Nacional Comum Curricular**: dilemas e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2018.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. **Uma cartografia dos Estudos Culturais:** uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. *E-book.*

GOMES, Nilma Lino. **O movimento Negro Educador: saberes constituídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. *E-book.*

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

IANNI, Octavio. Globalização e crise do Estado-Nação. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 4, n. 6, 2008. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/753. Acesso em: 5 jan. 2023.

INNERARITY, Daniel. **Una teoria de la democracia compleja**: governar em nel siglo XXI. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2020. *E-book.* Disponível em: https://pt.scribd.com/read/440427515/Una-teoria-de-la-democracia-compleja#. Acesso em: 15 fev. 2023.

JENKINS, Philip. Terras sem nome: a colonização europeia, 1492-1765. *In*: JENKINS, Philip. **Uma história dos Estados Unidos da América**. Lisboa, PT: Texto & Grafia, 2012, p. 27-59. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/478717690/Uma-Historia-dos-Estados-Unidos-da-America-pdf

Acesso em: 15 fev. 2023.

NOGUEIRA, Adrinelly Lemes; BORGES, Maria Célia. A BNC-Formação e a Formação Continuada de professores. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 25, n. 1, p. 188–204, 2021. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13875. Acesso em: 7 fev. 2022. https://doi.org/10.22633/rpge.v25i1.13875

PENAFRIA. Manuela. Análise de filmes: conceitos e metodologias. *In:* VI CONGRESSO SOPCOM. 6., 2009. Lisboa. **Anais [...]**. Lisboa: Universidade Lusófona, 2009. Disponível em: https://bocc.ubi.pt/pag/bocc-penafria-analise.pdfAcesso em: ago. 2022.

PEREIRA, Rodrigo da Silva; SILVA, Maria Abádia da. Estado Capitalista brasileiro e organismos internacionais: continuidades das reformas educacionais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 523-544, abr./jun. 2018. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8651372. Acesso em: 11 maio 2022. https://doi.org/10.20396/rho.v18i2.8651372

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel; LIMA, Paula Valim de. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 415-432, jul./dez. 2017. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/793. Acesso em: 25 out. 2021. https://doi.org/10.22420/rde.v11i21.793

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Principais correntes da sociologia da educação**. São Paulo: Contexto, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In:* LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, AR: CLACSO, 2005, p. 227-278. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html Acesso em: 19 nov. 2022.

RABELO, Jackeline; JIMENEZ, Suzana; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes (org). **O movimento de educação para todos e a crítica marxista** . 1. ed. Fortaleza, CE: Imprensa Universitária da UFC, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16670/1/2015_liv_jrabelo.pdf. Acesso em: 22 set. 2022.

SACRISTÁN, José Gimeno**. O currículo:** uma reflexão sobre a prática. 3 ed. Porto Alegre, RS: Penso, 2017.

SAUTER, Gabriela Ossenbach. Estado y educación en América Latina a partir de su independencia (siglos XIX y XX). **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 1, n. 1. 1993. Disponível em: https://rieoei.org/historico/oeivirt/rie01a04.htm. Acesso em: 7 fev. 2023. https://doi.org/10.35362/rie101243

RUPTURA (SEVERANCE). Dirigido por Ben Stiller, Aoife McArdle. Plataforma Apple TV+. 2022. 9 episódios (390 min). Série. Disponível em: https://tv.apple.com/us/show/severance/umc.cmc.1srk2goyh2q2zdxcx605w8vtx Acesso em: 12 nov. 2022.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

TARÍN, Francisco Javier Gómez. **El análisis de textos audiovisuales:** significación y sentido. Espanha, 2010.

TERUYA, Teresa Kazuko; FELIPE, Delton Aparecido. Políticas públicas e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação escolar. *In*: ALVES, Amanda Palomo (org.). **Diálogos sobre diversidade,**

relações raciais e desigualdade no Brasil. Maringá, PR: Eduem, 2018. p. 247-265. https://doi.org/10.7476/9786586383027.0013

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Conferencias regionales sobre la educación despues de 2015: declaraciones finales. In: Foro mundial sobre la Educación, 2015. Corea. **Anais [...].** Corea, 2015. Disponível em http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002330/233014s.pdf. Acesso em: 30 ago. 2022.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Educação 2030:** declaração de Incheon e marco de ação, rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Brasília: UNESCO, 2016a. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000243278_por. Acesso em: 30 ago. 2022.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Declaración de Lima:** balances y desafíos para la agenda educativa regional 2015 -2030. Peru: OREALC, 2016b. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244335. Acesso em: 17 jan. 2021.

Submetido: 29/12/2022
Correções: 30/01/2023
Aceite Final: 04/03/2023